



**JULGAMENTO DE RECURSOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2024**  
**PROCESSO Nº 276/2024**

A empresa **BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**, com sede na Avenida Pedro Botesi, Nº 2171, sala 110, Mogi Mirim-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.078/0001-84, apresentou recurso **contra a habilitação** da empresa detentora da melhor proposta declarada habilitada no processo licitatório, nos **Termos do Edital Pregão Eletrônico 75/2024**, cujo objeto é o Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, administração, controle, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, para atendimento ao Programa Municipal de Benefício Eventual “Cartão Alimento”, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

**1. RECURSO APRESENTADO**

Em síntese, o recurso da recorrente no sentido de que **não seja HABILITADA** a empresa detentora da melhor oferta **O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, CNPJ 02.976.530/0001-03**, alegando e requerendo que:

- a) *A empresa não detém a Qualificação Técnica e Financeira para executar os serviços licitados nas condições por ela ofertadas (Taxa Administrativa de – 18,48%);*
- b) *A Recorrida se encontra no ramo de “administração, emissão e gerenciamento de cartões” SOMENTE HÁ 08 (OITO) MESES, data maxima venia, não é crível que possua a aptidão técnica necessária para entregar, satisfatoriamente, à esta Administração, o objeto deste processo licitatório.*
- c) *EM 08 (OITO) MESES DE CONTITUIÇÃO DA EMPRESA, ESTA POSSUI 2 (DOIS) CONTRATOS, todos iniciados entre os meses de março e abril do corrente ano (2024) e com “atestados” emitidos em 01 (um) mês de execução – Fato este que reforça ainda mais a INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA ofertada pela vencedora. Diga-se, a empresa não possui contratos ativos que demonstrem um lucro que viabiliza a operação com a elevada Taxa de – 18,48% (dezoito, quarenta e oito por cento negativo).*
- d) *A inexecuibilidade da proposta ofertada pela empresa igualmente se vislumbra quando da análise de seus documentos contábeis juntados.*
- e) *Desclassificação da empresa em outros processos licitatórios em razão de, em diligências, a empresa não ter comprovado a efetiva execução dos serviços objeto dos atestados.*
- f) *Seja declarada a inexecuibilidade da proposta da Recorrida, com sua consequente desclassificação.*
- g) *Requer sejam realizadas diligências junto a Recorrida, de modo a solicitar: os Contratos; a demonstração dos relatórios de utilização dos cartões pelos usuários beneficiários; as Notas Fiscais dos 04 (quatro) últimos meses (maio, junho, julho e agosto /2024); a demonstração dos pagamentos pelas empresas contratadas, os Contratos de Adesão com os Estabelecimento até então credenciados nos municípios nos quais estão localizadas as Contratantes, bem como a planilha de exequibilidade considerando seus custos e receitas.*

**2. CONTRARRAZÃO APRESENTADA**



A empresa **O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **02.976.530/0001-03**, situada à Rua Washington Luiz, Nº 1010, Vila Bom Gosto, Aguaí-SP, apresentou contrarrazão, em **síntese** alegando e requerendo que:

- a) *Em razão do período do contrato a recorrente ALEGA NÃO SER CRÍVEL QUE POSSUA APTIDÃO TÉCNICA. SUA ALEGAÇÃO É UMA PRESUNÇÃO, SUA ALEGAÇÃO É UM ACHISMO QUE AFRONTA O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO INERENTE AOS PROCESSOS LICITATÓRIOS. NÃO SER CRÍVEL NÃO PODE SER ADMITIDO COMO FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. Veja que o recurso da licitante trabalha na base de presunção e achismo, o que não pode ser admitido.*
- b) *A Administração Pública, no curso do processo de licitação, NÃO pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, e tampouco fazer exigências QUE NÃO ESTÃO PREVISTAS NO ALUDIDO INSTRUMENTO, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes no Edital.*
- c) *A licitante recorrida apenas fez movimentações em seu objeto social recentemente, mas já atua no mercado a anos e vinha se preparando e planejando há muito tempo para iniciar sua operação no segmento de cartões. Ou seja, seu know how é muito mais vasto do que aquele representado pelos documentos apresentados. Sendo assim, sua irrisignação mais uma vez é infundada, pois o fato de ter alterado seu ramo de atuação 08 (OITO) meses antes do certame NÃO é impedimento legal para a participação em licitações.*
- d) *Importante citar decisão da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO CAIUA, ao julgar recurso idêntico ao presente processo, sendo o mesmo integralmente IMPROVIDO.*
- e) *A empresa recorrida ora peticionante, em total alinhamento ao princípio da transparência, fará novamente a juntada abaixo de trechos dos seus contratos e notas fiscais dos atestados apresentados.*
- f) *Finalmente e depois de tudo exposto, CLAMANDO PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, EM ESPECIAL AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO, SOLICITAMOS A TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA BPF CARTÕES LTDA, para assim então MANTER A DECISÃO QUE HABILITOU/CLASSIFICOU A LICITANTE O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA.*

### 3. DO FUNDAMENTO JURÍDICO

Cumpra observar que o edital e todo processo licitatório está fundamentado na **Lei de Licitações – 14.133/2021**.

### 4. ANÁLISE DO PEDIDO

- 4.1. A Recorrente alega que a empresa Recorrida não possui qualificação técnica e financeira para executar os serviços. O Edital do Pregão Eletrônico nº 75/2024, solicita no ANEXO I, Item 03, Subitem 3.1, p.16:

*3.1 Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor ou órgão equivalente, da sede da licitante.*

Conforme excerto editalício, a documentação exigida para comprovar qualificação técnica é a certidão negativa sobre falência, a qual foi apresentada pela Recorrida e está conforme exigido. Não há que se falar a respeito dos balanços financeira apresentados pela Recorrida, uma vez que não foram exigidos em Edital e por força do artigo 65 da Lei 14.133/2021 e do Princípio da Vinculação ao Edital, os documentos de habilitação são previstos em edital, sendo este lei interna da licitação, seria desarrazoado e ilegal exceder seus limites ao exigir dos licitantes documentação além daquela já prevista em Edital.

- 4.2. O Edital do Pregão Eletrônico nº 75/2024, no ANEXO I, Item 04, p.16, define qualificação técnica apenas para fornecedoras cooperativas, que não é o caso de nenhuma empresa participante da licitação em comento.
- 4.3. O Edital não exige apresentação de atestados de capacidade técnica, visto ser documentação facultativa que carece de regulamento e que não possui exigência prevista na lei 14.133/2021,



estando restrita a atestados emitidos por conselhos profissionais, conforme inteligência do artigo 67 (grifei):

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de **atestado de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou **atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente**, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação*

*[...]§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, **a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes**, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis **deverão ser previstas em regulamento**.*

- 4.4. Considerando a discricionariedade da Administração, o nível de complexidade do objeto e o Princípio do Formalismo Moderado, optou-se por não se exigir documentos de habilitação técnica. Assim não há que se entrar no mérito dos atestados apresentados pela Recorrida, uma vez que não foram exigidos.
- 4.5. Alega a Recorrente que a Recorrida está em operação há apenas 08 (oito) meses que reforçaria a inexecutabilidade da proposta, no entanto, o edital consoante à Lei 14.133/2021 não especifica um prazo mínimo de constituição de uma empresa para participar de licitações.
- 4.6. No que tange a executabilidade da proposta, levou-se em consideração a ata de registro de preços 231/2023, referente ao contrato anterior para a mesma prestação de serviços, sendo a contratada a empresa FACE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES, CNPJ 21.935.659/0001-00, em que a taxa praticada é de -15,11% e o contrato 148/2021 com a mesma empresa que se refere ao Serviço de Administração de Auxílio Alimentação aos Servidores Ativos da Administração Pública Municipal, em que a taxa praticada é -19,21%, ou seja, a porcentagem ofertada pela Recorrida de 18,48%, está dentro dos valores praticados por outra empresa que demonstrou ser executável. Ademais, cabe ao pregoeiro buscar a Proposta mais Vantajosa à Administração e por conseguinte, à coletividade, e somente deve diligenciar caso haja indícios de inexecutabilidade, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, [ACÓRDÃO 803/2024 - PLENÁRIO](#) – TCU (grifos nossos):

*[...]26. Junte-se a tudo isso o entendimento de que não cabe ao pregoeiro fazer juízo acerca da executabilidade da proposta sem que o licitante seja convocado para se pronunciar. A jurisprudência do TCU é firme nesse sentido:*

*- Acórdão 1079/2009-TCU-Segunda Câmara, Relator Ministro Benjamin Zymler*  
*13. Ademais, conforme consulta no website da Infraero efetuada pelo analista-instrutor, observo que a Infraero tomou as providências necessárias, diligenciando a empresa vencedora, a fim de averiguar a viabilidade econômico-financeira da proposta comercial.*

*14. Destaco que tal providência coaduna-se com a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas no sentido de que não cabe à comissão de licitação ou ao*



pregoeiro declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, devendo facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de suas propostas.'

- Acórdão 559/2009-TCU-Primeira Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes

'Nos termos da jurisprudência do TCU, não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas. [...] Também não há nos Decretos nºs 3.555/2000 e 5.450/2005, que regem o pregão, dispositivo específico tratando de inexecuibilidade de preços. 11. Diante desta lacuna, não cabe ao pregoeiro estipular, de maneira subjetiva, critérios de exequibilidade de preços, uma vez que não há espaço para subjetivismos na condução dos certames públicos (art. 44, § 1º, da Lei de Licitações).

12. Para essas situações, já decidiu esta Corte que não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexecuibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas (Acórdão 1100/2008-TCU-Plenário) ' [...]

[...]27. Portanto, é o licitante quem deve comprovar a exequibilidade de sua oferta, e não a Administração, sem ouvir a empresa, quem deve desconsiderar a proposta.[...]

[...]31. Valho-me mais uma vez de Marçal Justen Filho (Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico - 6ª Edição, pp. 181-182):

'A tendência deste comentarista é afastar o problema da inexecuibilidade, não apenas no âmbito do pregão, mas em qualquer licitação. **A formulação de proposta inexecuível é problema particular do licitante, que deve resolver-se ou através da punição exemplar (quando a proposta não for honrada) ou no âmbito da repressão a práticas de abuso de poder econômico (quando o sujeito valer-se de seu poder econômico para infringir a competição econômica leal).**

**A licitação destina-se - especialmente no caso do pregão - a selecionar a proposta que acarrete o menor desembolso possível para os cofres públicos. Logo, não há sentido em desclassificar proposta sob fundamento de ser muito reduzida.** Ao ver do autor, a inexecuibilidade deve ser arcada pelo licitante, que deverá executar a prestação nos exatos termos de sua oferta. A ausência de adimplemento à prestação conduzirá à resolução do contrato, com o sancionamento adequado.'

- 4.7. A lei 14.133/2021 em seu artigo 59, determinou porcentagem para considerar a inexecuibilidade somente no caso de obras e serviços de engenharia que é de valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado, no caso bens e serviços não há valores previstos; no âmbito federal, a Instrução Normativa 73/2022 SEGES determina que:

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 4.8. Diante dessas considerações, a proposta da licitante Recorrida foi considerada exequível, mesmo porque sequer ultrapassa os limites previstos para que fosse aventada a presunção relativa de inexecuibilidade.

## 5. CONCLUSÃO

- 5.1. A licitante Recorrida apresentou toda a documentação conforme exigia o Edital;
- 5.2. A proposta final apresentada pela Recorrida foi considerada exequível;
- 5.3. A Recorrida, após as devidas diligências e consulta ao Cadastro de Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU; Cadastro de impedidos e inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas do Estado, e cadastro de fornecedores sancionados deste Município; Cadastro



Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, tanto em nome da empresa quanto de seu sócio, foi regularmente julgada **habilitada**.

- 5.4. Entende-se **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA**.
- 5.5. **Encaminhado para autoridade superior competente, representada pelo Secretário Municipal de Assistência Social Cristiano Benedito Lauro para análise e parecer.**

Santo Antônio da Platina, 20 de setembro de 2024. –



**CASSIA EDUARDA RIBEIRO**

\*\*\*.185.009-\*\*

20/09/2024 16:40:04

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 441/23

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 20/09/2024 16:40:03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66edctfa23783c>.  
POR CASSIA EDUARDA RIBEIRO - (\*\*\*)185.009-\*\*) EM 20/09/2024 16:40





COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 27688/2024

Requerente: HELENA CRISTINA GONCALVES MENEZES

Assunto: REQUISIÇÃO AO COMPRAS

Subassunto: REQUISIÇÃO AO COMPRAS - ASS. SOCIAL

Origem:

Usuário: CRISTIANO BENEDITO LAURO

Repartição: Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Data/Hora: 30/09/2024 14:26

Observação: 1- Ciente.  
2- Após análise esta Secretaria manifesta-se improcedente o recurso da Empresa BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA e é de PARECER contrario a aceitação do recurso.

Ass:  **CRISTIANO BENEDITO LAURO**

\*\*\*.033.679-\*\*

30/09/2024 14:26:21

SECRETARIO MUNICIPAL DE  
ASSISTENCIA SOCIAL  
DECRETO Nº 010/2017

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP.

Destino:

Usuário: CASSIA EDUARDA RIBEIRO

Data/Hora: 30/09/2024 14:26

Ass: \_\_\_\_\_

Recebido por: \_\_\_\_\_

Data/Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ : \_\_\_\_

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/09/2024 14:26 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66fadf4f3ae3>.

